

REPENSANDO AS
CERCANIAS DA MORA
DEBITORIS: UM ENSAIO
INSPIRADO NAS CRISES
ECONÔMICAS QUE ASSOLAM O
SÉCULO XXI

MARCOS CATALAN*

Doutor *summa cum laude* em Direito Civil pela Faculdade do
Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo

RESUMO

Este estudo – rascunhado com contornos epistemológicos de viés crítico e alinhavado às correntes pós-positivistas de compreensão do fenômeno jurídico –, depois de promover a arqueologia da mora debitoris, percorre algumas das possibilidades latentes em sua ressignificação diante da valorização do direito fundamental à moradia.

RESUMEN

Este estudio –borrado con contornos epistemológicos de sesgo crítico y alineado a las corrientes post-positivistas de comprensión del fenómeno jurídico–, después de promover la arqueología de la mora debitoris, visita algunas de las posibilidades latentes de significación de aquella frente a valorización del derecho fundamental a la vivienda.

1. A título de introdução: uma tragédia que atravessou o Atlântico

Há pouco menos de uma década, ventos soprados desde a Europa atravessaram o Atlântico trazendo péssimas notícias. Salários cortados na Espanha¹, Grécia², Irlanda³ e Portugal⁴. Na terra de Camões, também, em razão disso, os casos de superendividamento e (ou) de insolvência civil, havidos no período, superaram os de falência e, é factível supor, em boa parte, por isso, as ações de despejo cresceram avassaladoramente⁵.

Quanto aos despejos, aliás, apenas na Espanha foram mais de quatrocentos mil no auge da crise econômica. A frieza dos números apontou que, em dado instante, houve um a cada oito minutos⁶. Isso significa que três (quatro, talvez cinco) famílias foram privadas dos seus lares no mesmo período de tempo que o leitor dispensará – caso não pare por aqui – para concluir a leitura deste opúsculo⁷.

Cento e oitenta famílias perderam seus tetos a cada 24 horas.

Cinco mil e quatrocentas, ao longo de um mês.

A frieza das estatísticas demonstrou, ainda, que, nos Estados Unidos – e isso, apenas no primeiro semestre de 2007 – foram propostas em torno de trezentas e vinte mil execuções hipotecárias⁸.

No Brasil, nos meses vindouros, é factível supor, muitas famílias perderão seu teto e seu chão. E, assim, um número, ainda incerto, de seres humanos será lançado em um “deserto de solidão”⁹ e desespero ignorado nos mapas da sociedade de consumo.

E cada nova lufada de ar parece destinada a ampliar a incerteza e a angústia – sensações que, em um passado muito recente, estavam *mui bem* guardadas¹⁰ – que tanta dor tem causado a uma miríade de seres humanos privados de seus empregos e (ou) de suas casas e, assim, de incomensuráveis possibilidades de vivenciarem (ou não) momentos, cada vez mais raros, de felicidade¹¹. Aliás, antes de dormir, quantos não aventam a hipótese de, ao acordarem, na manhã seguinte, emergirem dos sonhos em um mundo que lembra as profundezas do *Hades*, pesadelo agravado, é razoável aceitar, pela certeza de que *Hércules* não parece estar disposto a resgatá-los.

É difícil conceber um contexto distinto quando se tem acesso às informações acerca (a) do número de desempregados ou (b) de que o

risco de integrar os relatórios acerca da pobreza ou da exclusão social alcançou números assustadores – em torno de quarenta por cento – nos países europeus¹² e, ainda, sem prejuízo de outras situações fáticas não notadas por esse observador, (c) do recrudescimento econômico atravessado pela economia tupiniquim.

Afastadas, aqui, eventuais preocupações hipocondríacas quanto à necessidade de avaliação da exatidão dos dados colhidos, os quais provavelmente foram moldados pelo sopro transformador de *Éolo*¹³, o fato é que tais problemas estão a exigir a atenção e comprometimento dos juristas.

E os exigem, especialmente – e, em especial, não porque outros prismas sejam irrelevantes, mas, por ter sido esse o corte metodológico formulado para fins de investigação –, quando se tem em mente que a crise econômica que *ainda* afeta o mundo tem favorecido a violação de diversos direitos fundamentais – eis a hipótese dessa pesquisa – como o que garante acesso à moradia¹⁴ e a necessidade de manutenção e respeito a esse direito, constitucionalmente, assegurado no Brasil, problema que passa a ser explorado, agora, a partir de um processo *controlado* por uma matriz epistemológica de viés crítico, alinhada às correntes pós-positivistas que se propõem a compreender o fenômeno jurídico.

2. A *mora debitoris* e a afronta ao Senhor do Tempo

A ideia de violação de dever contratual foi construída na tentativa de sistematizar a inteligência das hipóteses em que a realização dos interesses¹⁵ daqueles que estão, concretamente, imantados a um programa obrigacional, foi obstada, em razão do advento de um fato imputável a um dos parceiros contratuais¹⁶. É possível apontar que ela se manifesta (a) no desrespeito a um dever de prestação ou (b) na ofensa a um dever geral de conduta¹⁷ – lateral, fiduciário, anexo – atado à tutela da integridade psicofísica, do patrimônio ou, dentre outras hipóteses, à necessidade de reequilíbrio de uma relação negocial.

Afixada à primeira das possibilidades e, exsurgindo como uma das três hipóteses de desrespeito a um dever de prestação, a *mora*¹⁸ exsurge na impossibilidade – *temporal e, apenas temporal*¹⁹, é importante notar, como grafado no código civil português²⁰ – de alcançar o adimplemento²¹.

Etimologicamente ligada à *memor*²² – à demora provocada por uma falha na memória²³ –, a mora consiste no atraso, imputável, a uma das partes que integra a relação jurídica obrigacional, no desempenho de prestação, ainda, possível e que, paralelamente, interesse, objetivamente, ao credor²⁴.

Assim, haverá *mora debitoris* quando um fato imputável ao devedor vier a retardar o adimplemento da prestação devida, desde que a conduta prometida – e, por isso, legitimamente, esperada – continue sendo útil ao credor²⁵. É por isso que em sua aferição, haverá de se indagar se a demora – o retardo, o atraso, o esquecimento – pode ser imputada (ou não) ao devedor, eis que a mora não é mero atraso; é inação qualificada²⁶ e só existirá, portanto, como ofensa injustificável ao tempo gerido por *Chronos*.

3. O projeto de libertação de Sísifo

Projetadas para tutelarem interesses que não refletiam os anseios das camadas menos favorecidas da população, as codificações civis²⁷, em medidas distintas, (a) incorporaram o pensamento liberal vigente nos séculos XVIII e XIX, preferindo a ilusória tranquilidade do tráfego jurídico à promoção da justiça material²⁸, ao mesmo tempo em que, (b) desprezaram que os bens têm, como finalidade precípua, a realização dos seres humanos.

As promessas que consagram, entretanto, em boa parte, ruíram com o projeto inacabado da modernidade, mesmo que o senso comum teórico negue tal fato. Em um primeiro momento, a fragmentação do direito²⁹ e, quase ao mesmo tempo, a publicização de uma infinidade de espaços privados³⁰. Pouco tempo mais tarde, começou a ser trilhado o caminho que poderá conduzir, talvez, à libertação de uma miríade de *Sísifos*³¹ contemporâneos – seres condenados, também pelo direito, a percorrerem, dia após dia, a mesma estrada –, vítimas de uma ontologia excludente, que, por longa data, pautou-se na tutela do patrimônio em detrimento da realização de justiça social e da cidadania material.

Uma trilha indicada – ainda, que, precariamente – por placas que aludem à constitucionalização do direito civil, um processo que, muito além (a) da incorporação, aos textos constitucionais, de regras outrora pertencentes ao domínio exclusivo dos direitos civis³², deve ser

compreendido, (b) pela capacidade que possui de garantir a efetividade, também no âmbito das relações privadas, de direitos fundamentais de distintas dimensões, e (c) pela normatividade contida nos princípios que alberga –, em especial, da solidariedade, da isonomia substancial e da dignidade da pessoa humana –, princípios que, de signos com forte carga retórica, foram transformados em comandos com eficácia vinculante.

Constitucionalização que, note o atento leitor, há de ser compreendida em sua tríplice dimensão – (a) formal, (b) substancial e (c) prospectiva³³ –, e que, utopicamente, viabilizará a construção de um direito mais comprometido com a cidadania material³⁴ e com a emancipação de todos os brasileiros e brasileiras espalhados pelo Brasil.

O direito
construído na
modernidade
desprezou a
necessidade
de promoção
da cidadania
material

Ao percorrer essa estrada – ignorada por muitos mapas – é possível perceber (a) práticas dialógicas buscando a revisão de um direito cada vez mais preocupado em albergar existências humanas³⁵ imersas em um mundo deveras complexo, que ganha densidade na medida em que (b) avança

o processo de desconstrução dos pilares de sustentação da ontologia que impregna o pensamento dogmático, bem como, a pretensão, nele contida, de *dominação do mundo*³⁶.

E apenas ao trilhar esse caminho – uma via com início, mas, certamente, sem fim – é que se notará por que os porquês e as funções dos atos e negócios jurídicos assumem lugar de destaque, quando comparados ao papel outrora exercido pelos elementos estruturantes de um contrato qualquer ou às sanções formalmente antecipadas por uma dogmática em ruínas, eis que qualquer sistema fechado parece fadado à estagnação. Um caminho no qual placas indicam que o exercício da liberdade econômica haverá de moldar-se, imperiosamente, à axiologia que emana de princípios que visam à promoção do ser³⁷ e *outdoors* que retratam cenas com imagens que questionam “para que serve e a quem serve o Direito”³⁸.

Trilhas que, talvez, conduzirão à extinção de distintas formas de escravidão ainda existentes no Brasil³⁹. Caminhos que, também, talvez, permitirão afastar a abstração que promove a indiferença que legitima

a exclusão social⁴⁰ decorrente da retomada de imóveis residenciais ofertados como garantia hipotecária ou alienados fiduciariamente, apenas com base na ausência de pagamento, desprezando a leitura sistêmica do direito e aspectos importantes como (a) a elevação do direito à moradia à categoria de direito fundamental, o que condiciona, tanto a conduta do credor ao exercer seu direito creditício, como a do Estado incumbido de tutelar aquele direito fundamental, (b) os influxos que emanam da solidariedade constitucional, conformando o exercício das posições jurídicas creditícias à situação existencial do devedor⁴¹, (c) a tutela do consumidor e sua roupagem constitucional, (d) a necessidade de tutela do patrimônio mínimo⁴² e, talvez, (e) a ressignificação da mora do devedor – *agora pensada como impossibilidade subjetiva*.

4. O décimo terceiro trabalho de Hércules

Como visto, o direito construído na modernidade desprezou a necessidade de promoção da cidadania material⁴³, colaborando, assim, com o processo de exclusão social⁴⁴. Curiosamente, em um tempo em que se comemoram conquistas – dentre elas, a constitucionalização do direito civil –, pessoas são descartadas, literalmente, jogadas na rua, quando seus credores atuam buscando reaver as garantias, *voluntariamente ofertadas* (!?), na formação de uma infinidade de contratos. Um efeito deletério disparado pelo viés patrimonial que informa a compreensão do tema⁴⁵.

Quantos mais serão lançados aos leões?

É evidente que o patrimônio é merecedor de tutela. Isso não justifica, entretanto, que esse artefato, criado pelo direito, possa ser considerado tão importante quanto – e, muito menos, mais valioso que – as histórias humanas, narradas em tempo real em milhões de filmes gravados sem roteiro prévio. E que fique claro que não se almeja libertar os devedores de prestações pecuniárias com gênese em contratos visando à satisfação de necessidades existenciais. Longe disso, busca-se, apenas, equalizar as pretensões creditícias à situação existencial de devedores desempregados ou moribundos. E é por tudo isso que a ressignificação da mora, aqui pensada – equiparando a impossibilidade subjetiva à impossibilidade objetiva⁴⁶ –, parece ser uma boa ferramenta para a densificação de direitos fundamentais, dentre eles, os tangenciados neste estudo.

Assim, havendo justificada impossibilidade subjetiva – aquela que atinge o devedor, concretamente, considerado –, o dever de prestação será, temporariamente, obstado, até que desapareça a causa da impossibilidade ou as partes, de comum acordo, encontrem outra via que possa conduzi-las à superação do conflito.

Em um direito que se reinventa, constantemente, em razão do labor de *Chronos*, a configuração da impossibilidade exoneratória parece estar influenciada, ainda, pelo perfume das flores colhidas na realidade social na qual estamos todos imersos. E, entre as situações mais comuns, tangenciando hipóteses em que há, em regra, abrupta quebra da base negocial ou o (des)respeito aos valores existenciais em pauta, podem ser pensados, a título de exemplo, os efeitos provocados (a) pela perda de empregos, em larga escala (ou não), (b) por problemas de saúde – individuais ou familiares – ou, ainda, pelo (c) superendividamento, ativo ou passivo, mas sempre involuntário.

Nessa onda, aliás, a reforma do código civil alemão equiparou as situações de impossibilidade objetiva e subjetiva ao aludir à impossibilidade fática⁴⁷ e, nesses termos, mesmo que a prestação seja possível, “pode ser impossível para um determinado devedor”, diante do contexto fático em que se encontre envolto⁴⁸.

É evidente que, cessadas as razões que impediram o adimplemento, esse deverá ser promovido⁴⁹, entretanto, perdurando a impossibilidade – involuntária, reafirme-se –, ou qualquer outro quadro revelador de ameaça grave à situação existencial do devedor, a resolução do contrato será obstada, até porque, é sempre oportuno lembrar, ontologicamente a propriedade não possui valor algum⁵⁰.

E é assim que aquele direito civil forjado na tripla dominação burguesa – a econômica, a intelectual e a política –, agora constitucionalizado, promoverá as paixões, fomes e desejos⁵¹ de pessoas imersas em uma sociedade efetivamente “comprometida com a necessidade de prover as condições de possibilidade de desenvolvimento pleno [e] autônomo” de todos que a integram⁵².

A décima terceira tarefa de Hércules?

Humanizar corações corrompidos pelo *mercado*.

Notas

- * Marcos Catalan. Doutor *summa cum laude* em Direito Civil pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor no curso de Mestrado em Direito e Sociedade do Unilasalle, no curso de Direito da Unisinos e em cursos de especialização pelo Brasil. Advogado, parecerista e consultor jurídico.
1. Capturado em <http://www.valor.com.br/internacional/2751340/funcionalismo-protesta-contrareducao-salarial-na-espanha>, em 01.10.2012.
 2. Capturado em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1068290-grecia-enfrenta-greve-dos-transportes-contrareducao-salarial.shtml>, em 01.10.2012.
 3. Capturado em <http://comunidade.xl.pt/JNegocios/blogs/massamonetaria/archive/2011/12/01/uma-prolongada-redu-231-227-o-salarial.aspx>, em 01.10.2012.
 4. Visto em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120211_portugal_manifestacao_jr.shtml, em 01.10.2012.
 5. Capturado em <http://pt.euronews.com/2012/03/28/portugal-os-cidadaos-entram-em-falencia/>, em 01.10.2012.
 6. Capturado em <http://www.esquerda.net/dossier/o-que-sao-plataformas-de-afetados-pela-hipoteca/22266>, em 01.10.2012. “Em Espanha, o preço das casas aumentou de 326€/m2 em dezembro de 1985 até um preço máximo de 2905€/m2 em dezembro de 2007. Ante esta subida desproporcionada do preço do metro quadrado construído, a única maneira de proporcionar o acesso à habitação a grande parte das famílias e jovens foi o endividamento massivo, que alcançou um nível insustentável. Se somarmos a este endividamento elevadíssimo o crescimento vertiginoso do desemprego (a taxa está a chegar aos 23%), percebemos porque é que em 2007 houve 26 mil despejos, 58 mil em 2008, 93 mil em 2009, mais de 200 mil entre 2010 e 2011.”
 7. Isso se o leitor não nos abandonar, por qualquer razão, antes de alcançar o último dos parágrafos aqui grafados.
 8. DICKERSON, Mechele. O superendividamento do consumidor: uma perspectiva a partir dos EUA no ano de 2007, *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 20, n. 80, p. 153-191, out./dez. 2011. p. 164-166.
 9. ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 86.
 10. BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 9. Aponta o autor – com grifos nossos – que a origem da recessão decorre do “expediente de fôlego curto, deliberadamente míope, de *transformar em devedores indivíduos desprovidos dos requisitos necessários a um empréstimo* [adotado por conta da] esperança (um tanto astuta, mas vã, em última análise) de que o aumento dos preços das casas, estimulado por uma demanda artificialmente inflada, pudesse garantir, como um círculo que se fecha, *que “os compradores de primeira viagem” pagassem os juros regularmente (pelo menos por algum tempo)”*.”
 11. FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin, 2011. p. 33. Com o autor, cabe indagar: “De que nos vale uma vida mais longa [possibilitada pelo avanço tecnológico havido na contemporaneidade],

- se ela for penosa, pobre em alegrias e tão plena de dores [quando devemos pensar na] morte como uma redenção?”
12. Os dados foram obtidos junto à *Eurostat: Statistical Office of the European Union*. Capturado em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-31-12-666/EN/KS-31-12-666-EN.PDF, em 01.10.12.
 13. E, assim, talvez, hoje, os números não sejam os mesmos.
 14. Constituição Federal de 1988: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”
 15. Creditícios, ou não.
 16. E isso, especialmente, quando se percebe que a literatura jurídica que se propõe a explorar o tema, no Brasil, raramente, ultrapassa a dicotomia *mora versus inadimplemento*.
 17. LÔBO, Paulo Luiz Netto. Deveres gerais de conduta nas obrigações civis. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (Coord.). *Questões controvertidas: no direito das obrigações e dos contratos*. São Paulo: Método, 2005, v. 4. p. 76-78. “Os deveres gerais de conduta, ainda que incidam diretamente nas relações obrigacionais, independentemente da manifestação de vontade dos participantes, necessitam de concreção de seu conteúdo em cada relação.”
 18. O corte metodológico ora realizado somente autoriza a investigação de questões atadas à mora do devedor.
 19. E isso, mesmo quando se identifica que a codificação vigente dispõe, no art. 394, que se “considera em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer”.
 20. “Art. 804º [...] 2. O devedor considera-se constituído em mora quando, por causa que lhe seja imputável, a prestação, ainda possível, não foi efetuada no tempo devido.”
 21. SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 123. Adimplemento compreendido, aqui, como a “realização, pelas partes e conforme seus deveres específicos, de todos os interesses envolvidos na relação obrigacional”.
 22. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1958, t. 23. p. 117. Expressão que, segundo o autor, remete a “lembrar, recordar, tal como “memória.” Originariamente, assistir pensando”.
 23. MARTINS COSTA, Judith. *Comentários ao novo código civil: do inadimplemento das obrigações*. t. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2003, v. 5. p. 224/225.
 24. ASSIS, Araken de. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 3. ed. São Paulo: RT, 1999. p. 110. “Em outros termos, a viabilidade do cumprimento, porque útil ao credor a prestação tardia, completada pelas perdas e danos, constitui um pressuposto da mora; perdido o interesse, ou desaparecida a possibilidade, quando a prestação se torna irrealizável, surge a figura do não cumprimento definitivo da obrigação [...] é o que se chama caráter transformista da mora.”
 25. Desde que a esse a mora não seja imputável na hipótese.

26. RUSCELLO, Francesco. *Istituzioni di diritto privato: le obbligazioni*. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2006, v. 2. p. 41.
27. RAIZER, Ludwig. O futuro do direito privado, *Revista da PGE*, Porto Alegre, v. 9, n. 25, p. 11-30, 1979. p. 17.
28. JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. A boa-fé na formação dos contratos, *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 3, p. 78-87, set./dez. 1992. p. 78.
29. IRTI, Natalino. L'età della decodificazione, *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 15-33, out./dez. 1979. p. 15-33.
30. LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 36, n. 141, p. 99-109, jan./mar. 1999. p. 101-103. "Entendida como o processo de intervenção legislativa infraconstitucional, ao passo que a constitucionalização tem por fito submeter o direito positivo aos fundamentos de validade constitucionalmente estabelecidos. Enquanto o primeiro fenômeno é de discutível pertinência, o segundo é imprescindível para a compreensão do moderno direito civil."
31. BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 43. "À capacidade de *autocorreção* imputada à economia capitalista por alguns economistas de sua corte se resume à destruição periódica de *bolhas* de sucesso (com explosões de falências e desemprego em massa), e isso com um custo imenso para a vida e para as perspectivas daqueles que, supostamente, deveriam ser atendidos pelos benefícios da endêmica criatividade capitalista."
32. ARONNE, Ricardo. *Ulisses e a constituição: uma possível hermenêutica crítica da contemporaneidade civil-constitucional*. *Inédito*.
33. FACHIN, Luiz Edson. Los derechos fundamentales en la construcción del derecho privado contemporáneo brasileño a partir del derecho civil-constitucional, *Revista de Derecho Comparado*, Santa Fe, n. 15, p. 243-272. 2009. p. 248.
34. BARROSO, Lucas Abreu. *A realização do direito civil: entre normas jurídicas e práticas sociais*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 162.
35. CORTIANO JUNIOR, Eroulths. *O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 163-165.
36. A chance de êxito desse projeto talvez seja menor que a de projeto semelhante esboçado por Pink e Cérebro.
37. PERLINGIERI, Pietro. A doutrina do direito civil na legalidade constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Direito civil contemporâneo: novos paradigmas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 3.
38. FACHIN, Luiz Edson. A construção do direito privado contemporâneo na experiência crítico-doutrinária brasileira a partir do catálogo mínimo para o direito civil-constitucional no Brasil. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Direito civil contemporâneo: novos paradigmas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 17.
39. Como a que *sujeita* o homem ao *Mercado* e viola direitos dos consumidores.
40. FACHIN, Luiz Edson. *Teoria crítica do direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 42-43.
41. PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. *Contrato e direitos fundamentais*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 118.

42. FACHIN, Luiz Edson. *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 298-299. “A existência possível de um patrimônio mínimo concretiza, de algum modo, a expiação da desigualdade.”
43. AGUIAR, Roberto. O imaginário dos juristas, *Revista de Direito Alternativo*, São Paulo, n. 2, p. 18-27, 1993. p. 20-21.
44. LOPES, Mônica Sette. Os sujeitos jurídicos: concepções tangenciadoras do novo código civil, *Revista da Faculdade de Direito*, Belo Horizonte, v. 42, p. 191-217, 2002/2003. p. 194.
45. GHERSI, Carlos Alberto. De Velez a Borda un cambio ideológico transcendente, que no se complementó en el rápido acceso a la justicia. In: GHERSI, Carlos Alberto (Dir.). *Responsabilidad: problemática moderna*. Mendoza: Ediciones Jurídicas Cuyo, 1996. p. 21.
46. OSTI, Giuseppe. Revisione critica della teoria sulla impossibilità della prestazione, *Rivista di Diritto Civile*, Milano, v. 10, n. 3, p. 209-249, maio/jun. 1918. p. 216-221.
47. CANARIS, Claus-Wilhelm. *La riforma del diritto tedesco delle obbligazioni: contenuti fondamentali e profili sistematici del Gesetz zur Modernisierung des Schuldrechts*. Trad. Marcello Farneti; Sonja Haberl. Padova: CEDAM, 2003. p. 13.
48. DOHRMANN, Klaus Jochen Albiez. Un nuevo derecho de obligaciones. la reforma 2002 del BGB, *Anuario de Derecho Civil*, Madrid, v. 55, n. 3, p. 1133-1227, jul./set. 2002. p. 1166.
49. Pagamento que deverá sofrer os efeitos da correção monetária – enquanto vetor de atualização do poder de compra da moeda –, pois, se não há mora, por consequência, não há possibilidade de suscitar a gênese de juros ou de quaisquer outras consequências atadas, necessariamente, à violação de um dever.
50. PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Trad. Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 35.
51. CORTIANO JUNIOR, Eroulths. As quatro fundações do direito civil: ensaio preliminar, *Revista da Faculdade de Direito*, Curitiba, v. 45, p. 99-102, 2006. p. 101-102.
52. WARAT, Luis Alberto. *Introdução geral ao direito: a epistemologia jurídica da modernidade*. Porto Alegre: SAFE, 2002, v. 2. p. 358.

Referências

- AFONSO, Elza Maria Miranda. Prefácio. In: MATA-MACHADO, Edgar de Godoi. *Contribuição ao personalismo jurídico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- AGUIAR, Roberto. O imaginário dos juristas, *Revista de Direito Alternativo*, São Paulo, n. 2, p. 18-27, 1993.
- ARONNE, Ricardo. *Ulisses e a constituição: uma possível hermenêutica crítica da contemporaneidade civil-constitucional*. *Inédito*.
- ASSIS, Araken de. *Resolução por inadimplemento*. 3. ed. São Paulo: RT, 1999.
- BARROSO, Lucas Abreu. *A realização do direito civil: entre normas jurídicas e práticas sociais*. Curitiba: Juruá, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

- _____. *Vida a crédito*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BERDAGUER, Jaime. Las obligaciones de resultado: situación actual y perspectivas futuras. In: FERNÁNDEZ, Carlos López; CAUMONT, Arturo; CAFFERA, Gerardo (Coord.). *Estudios de derecho civil en homenaje al profesor Jorge Gamarra*. Montevideo: FCU, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Barueri: Manole, 2007.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. *La riforma del diritto tedesco delle obbligazioni: contenuti fondamentali e profili sistematici del Gesetz zur Modernisierung des Schuldrechts*. Trad. Marcello Farneti; Sonja Haberl. Padova: CEDAM, 2003.
- CASIELLO, Juan José. El pago: concepto y esencia jurídica. In: GESUALDI, Dora Mariana (Coord.). *Derecho privado*. Buenos Aires: Hammurabi, 2001.
- CORTIANO JUNIOR, Eroulth. As quatro fundações do direito civil: ensaio preliminar, *Revista da Faculdade de Direito, Curitiba*, v. 45, p. 99-102, 2006.
- _____. *O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- DICKERSON, Mechele. O superendividamento do consumidor: uma perspectiva a partir dos EUA no ano de 2007, *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 20, n. 80, p. 153-191, out./dez. 2011.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FACHIN, Luiz Edson. A construção do direito privado contemporâneo na experiência crítico-doutrinária brasileira a partir do catálogo mínimo para o direito civil-constitucional no Brasil. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Direito civil contemporâneo: novos paradigmas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- _____. Los derechos fundamentales en la construcción del derecho privado contemporáneo brasileño a partir del derecho civil-constitucional, *Revista de Derecho Comparado*, Santa Fe, n. 15, p. 243-272. 2009.
- _____. *Teoria crítica do direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin, 2011.
- GHERSI, Carlos Alberto. De Velez a Borda un cambio ideológico transcendente, que no se complementó en el rápido acceso a la justicia. In: GHERSI, Carlos Alberto (Dir.). *Responsabilidad: problemática moderna*. Mendoza: Ediciones Jurídicas Cuyo, 1996.
- IRTI, Natalino. L'età della decodificazione, *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 15-33, out./dez. 1979.
- JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. A boa-fé na formação dos contratos, *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 3, p. 78-87, set./dez. 1992.
- LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 36, n. 141, p. 99-109, jan./mar. 1999.

- _____. Deveres gerais de conduta nas obrigações civis. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (Coord.). *Questões controvertidas: no direito das obrigações e dos contratos*. São Paulo: Método, 2005, v. 4.
- LOPES, Mônica Sette. Os sujeitos jurídicos: concepções tangenciadoras do novo código civil, *Revista da Faculdade de Direito*, Belo Horizonte, v. 42, p. 191-217, 2002/2003.
- MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 6. ed. São Paulo: RT, 2012.
- MARTINS COSTA, Judith. *Comentários ao novo código civil: do inadimplemento das obrigações*. t. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2003, v. 5.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- NEGREIROS, Teresa. *Teoria do contrato: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- OSTI, Giuseppe. Revisione critica della teoria sulla impossibilità della prestazione, *Rivista di Diritto Civile*, Milano, v. 10, n. 3, p. 209-249, maio/jun. 1918.
- PERLINGIERI, Pietro. A doutrina do direito civil na legalidade constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Direito civil contemporâneo: novos paradigmas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.
- PICASSO, Sebastián. El incumplimiento en las obligaciones contractuales: el problema de la ausencia de culpa y de la imposibilidad sobrevenida de la prestación – obligaciones de medios y de resultado. In: GESUALDI, Dora Mariana (Coord.). *Derecho privado*. Buenos Aires: Hammurabi, 2001.
- PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. *Contrato e direitos fundamentais*. Curitiba: Juruá, 2009.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1958, t. 23.
- PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Trad. Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- RAIZER, Ludwig. O futuro do direito privado, *Revista da PGE*, Porto Alegre, v. 9, n. 25, p. 11-30, 1979.
- RUSCELLO, Francesco. *Istituzioni di diritto privato: le obbligazioni*. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2006, v. 2.
- SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- STRECK, Lenio Luiz. Da interpretação de textos à concretização de direitos: a incidibilidade entre interpretar e aplicar – contributo a partir da hermenêutica filosófica, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, v. 46, n. 2, p. 911-954, 2005. p. 938-939.
- VITA NETO, José Virgílio. *A atribuição da responsabilidade contratual*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2007.
- WARAT, Luis Alberto. *Introdução geral ao direito: a epistemologia jurídica da modernidade*. Porto Alegre: SAFE, 2002, v. 2.
- WESTERMANN, Harm Peter. *Código civil alemão: direito das obrigações – parte geral*. Trad. Armino Edgar Laux. Porto Alegre: Fabris, 1983.